

Há crise, certo. Ela é inevitável? Esta é a questão

Coutinho: pela renegociação

Entre os economistas da oposição há um consenso quanto ao diagnóstico da crise, embora persistam divergências em torno da avaliação da economia brasileira do final dos anos 60 e início dos anos 70, período onde praticamente começou a rolar a bola de neve da dívida.

As divergências referem-se à postura que a oposição deve assumir frente à crise e, principalmente, frente ao regime militar em crise.

Em geral, a oposição defende a necessidade da renegociação da dívida, ou decretação de uma moratória embora haja quem se proponha a indicar soluções econômicas mesmo sem admitir essas hipóteses. Basicamente, as posições se situam em dois campos: no primeiro deles o eixo das soluções está na tentativa de se evitar a crise, buscando a preservação do potencial produtivo da economia cuja reativação deveria ocorrer através de uma reorientação das prioridades de investimentos. No segundo campo, a crise é vista como um ponto de inflexão dentro de um processo de destruição da economia capitalista; e a postura fundamental, no momento, seria a de capitalizar politicamente a crise econômica.

O professor Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, por exemplo, da Unicamp e do conselho de economistas da Federação das Indústrias de São Paulo, defende a renegociação da dívida mas faz questão de afirmar que, mesmo sem a renegociação, seria perfeitamente possível um processo de resolução dos problemas **esfriando** a economia até que passem os efeitos da turbulência internacional, sem a necessidade de uma recessão, investindo-se em transportes urbanos, saneamento básico, habitação popular, etc. Desta forma o potencial produtivo seria defendido, ampliando-se os benefícios à fração da população que foi mobilizada com o crescimento da época do milagre.

“A resistência política à recessão é muito grande”

Por outro lado, renegociando a dívida, segundo ele, seria preciso rever todo o conjunto da política econômica e traçar uma nova política de longo prazo. Ele acha também “que não vai dar para o Brasil definir de forma independente o seu papel na próxima etapa do capitalismo”. Admitindo-se ou não a renegociação da dívida, a natureza do programa do professor Belluzzo é de buscar alternativas de crescimento, evitando a crise catastrófica.

Luciano Coutinho, que foi candidato da oposição dos economistas de São Paulo para o sindicato, contra o governista Miguel Colasuonno, contudo, defende a renegociação mas diz que, dentro de

atual modelo, só há saída com a recessão. O máximo que se poderia tentar, a seu ver, seriam políticas compensatórias para minorar os efeitos da recessão, já que a resistência política contra ela é grande por parte da sociedade. Uma saída para a crise pressuporia a retomada de um projeto de médio prazo, baseado nos investimentos públicos nas áreas sociais, que não implicam importações e têm forte efeito positivo sobre os empregos.

No mesmo sentido raciocina João Manoel Cardoso de Melo — autor de “Capitalismo Tardio” uma tese muito citada sobre a economia brasileira — e para quem uma tentativa unilateral de renegociar a dívida, coisa do tipo **devo, não nego, pago quando puder**, não seria possível pois as represálias seriam im-

mento, somar os interesses da classe operária, aos da classe média assalariada e do pequeno e médio capital, tanto da cidade quanto do campo. Em linhas gerais, ao lado da implementação dos gastos públicos, que favoreceria os trabalhadores gerando empregos, deveria ser feita uma reforma financeira, com o rebajamento dos juros, que favoreceria os pequenos proprietários.

Paul Singer, Eduardo Suplicy e Francisco de Oliveira, três economistas de oposição bastante conhecidos por sua participação política, assinam um documento de avaliação da crise, que foi apresentado à última convenção do Partido dos Trabalhadores, cuja tônica está em atribuir ao conjunto da nação a responsabilidade de uma solução para a grave situação econômica do país. O do-



Belluzzo: recessão evitável

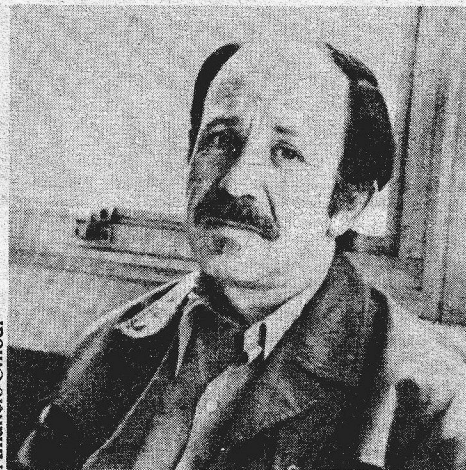
diatas e o governo não tem legitimidade para resistir às pressões. João Manoel afirma que uma política econômica deve levar em conta a realidade social brasileira e recorda dados obtidos pelo “Grupo de Estudos sobre Emprego e Salários do Departamento de Economia da Universidade de Campinas”, dando conta de que a classe média e os pequenos proprietários urbanos superam em três vezes a classe operária. Em números redondos, a classe operária teria um contingente em torno das cinco milhões de pessoas enquanto as classes médias e os pequenos proprietários seriam em torno dos quinze milhões.

“Pensar numa solução maximalista, do tipo a **crise é do capitalismo, ele que resolve**, é não levar em conta essa realidade, é abstrair que esse enorme contingente das classes médias e dos pequenos proprietários está muito mais próximo ideologicamente da burguesia do que do operariado. Importa, neste mo-



Cardoso: soldar interesses

documento questiona o sistema econômico do Brasil relacionando-o com as características do sistema político vigente e levanta soluções que diferem das apresentadas anteriormente neste artigo apenas no detalhamento mais minucioso das medidas imediatas. No plano político, o documento reivindica maior representatividade dos trabalhadores nos processos de decisão econômica no Estado e nas empresas, propugna a inclusão do poder legislativo nesses processos. As propostas vão desde a instituição de uma escala móvel dos salários, passando pelo reajuste semestral para os funcionários públicos, pela necessidade de renegociação da dívida externa e o reestudo da questão energética. Chico, Singer e Suplicy salientam que os empresários deveriam se aliar aos trabalhadores contra a recessão já que são impotentes frente ao Estado que ajudaram a criar. Enfim, para os três economistas do PT, a crise econômica não interessa aos trabalhadores e



Singer: elevar participação

urge retomar o crescimento em bases mais justas.

Posição bastante diferente das anteriores é a de Marcos Gomes, ex-editor de economia dos jornais **Opinião** e **Movimento**. Ele não acredita que o problema seja discutir qual setor da economia deve ser priorizado, pois isto significaria aceitar os limites da discussão impostos pelo regime, que tenta vender a idéia de que esta é uma crise de toda a nação e que todos deveriam apoiá-lo nos esforços para superá-la. “É preciso deixar claro que esse modelo econômico é antinacional e antipopular, que foi desenvolvido graças a superexploração dos trabalhadores e que o agravamento da crise é uma mostra da incapacidade do regime militar em resolver os problemas estruturais da economia brasileira”. Compete à oposição, portanto, fazer uma ampla propaganda das suas bandeiras estratégicas e táticas enfatizando, sobretudo, a necessidade da substituição do regime militar.

“Depois de dez anos falando que a política econômica do regime era e é maluca, que o processo de endividamento externo enredaria o país num beco sem saída, não tem sentido, agora que a vaca está indo para o brejo, a oposição se dispor a sentar na mesa com o regime para ajudá-lo a encontrar uma saída”. Agora é a hora em que a pressão popular é fundamental, diz ele.

“Não sentar à mesa com o regime para resolver a crise”

Mais cauteloso e temendo que a oposição embarque num entusiasmo exagerado, Sérgio Silva, outro economista do PT, autor de vários trabalhos sobre a economia brasileira, prefere mais levantar uma série de dúvidas do que apresentar uma proposta pronta. Sérgio não acredita que os empresários cheguem até a uma contestação do regime limitando-se às críticas a algumas medidas econômicas do governo. Ele teme que a oposição popular imagine ter chegado o momento em que está selada uma grande frente democrática e se parta para uma política de se acuar o regime sem ter forças para resistir a um retrocesso. Um dos pontos fundamentais para a oposição é saber os limites das possíveis modificações da política dentro do atual regime e deixar de fazer o jogo centrado na mudança do governo e não de regime. Para Sérgio Silva, apesar de o regime estar com suas bases de sustentação muito solapadas a oposição parece não ter forças para mudá-lo e a tática deveria ser de muita cautela. Por outro lado, a política de só ficar denunciando o capitalismo na hora da crise é, segundo ele, uma falsa opção. Diz ele: a solução que será dada para a crise passará obrigatoriamente por uma solução política.